



Manifesto contra a votação da PEC 32/2020 e em defesa dos serviços públicos e da população brasileira.

As entidades e parlamentares que compõem a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público vêm mais uma vez trazer a público sua mais efetiva manifestação em defesa do serviço público brasileiro, seus trabalhadores e, em especial, da população usuária dos serviços prestados pelo Estado brasileiro. Essa defesa neste momento se materializa no mais veemente repúdio às manifestações de alguns parlamentares e representantes do grande empresariado e do mercado financeiro favoráveis à possível inclusão na pauta de votações da Proposta de Emenda Constitucional nº 32, de 2020, que se apresenta como uma reforma administrativa, conhecida como PEC 32, que, sem propor nenhuma reforma, se materializa no desmonte das instituições públicas, em especial as que atendem as principais necessidades da população brasileira. Desta vez acrescenta-se ao movimento dos setores da elite conservadora o argumento da falsa necessidade de corte de gastos públicos visando o equilíbrio fiscal das contas governamentais. O que não se efetivaria, uma vez que em muitos casos abriria a necessidade de aumento de gastos na contratação de empresas terceirizadas, trabalhadores temporários e de outras formas de necessárias contratações de serviços junto à iniciativa privada, além de aumentar os gastos da população com serviços hoje gratuitos.

Em relação aos trabalhadores do serviço público, a PEC traz o fim das garantias e das condições necessárias de exercício das funções daqueles que exercem suas atribuições em nome do Estado brasileiro nos interesses e necessidades da população, passando a sofrerem pressão política de chefias e governantes de plantão. A consequência é a dificuldade de acesso especialmente da parcela mais necessitada dos serviços públicos e de suas políticas sociais. O que veremos será uma população desassistida e sem acesso ao atendimento gratuito, desde as suas necessidades mais básicas até o acesso a serviços, como cirurgias e tratamentos de saúde da mais alta complexidade, por exemplo.

Se posta em votação e, caso venha a ser aprovada, a PEC 32 entregará a grande maioria dos serviços públicos à iniciativa privada, através de terceirização ou de efetiva privatização de instituições públicas, visando exclusivamente o lucro, além da substituição de boa parte dos servidores efetivos por trabalhadores contratados através de contratação temporária, que poderá atingir até dez anos por contrato, impedindo a realização de concursos públicos, o que facilita a contratação de indicações políticas em atividades que devem ser exercidas por servidores de carreira. Além disso, os servidores que permanecerem após a aprovação do proposto na PEC 32 passam a ter ameaçada a sua estabilidade com a ampliação de possibilidades de demissão.

Isso significa que, mesmo a manutenção de servidores ocupantes de cargos que exerçam atividades exclusivas de Estado poderá fragilizar o exercício dessas funções, uma vez que o restante dos quadros de funcionários das mesmas instituições passará a ser compostos por servidores sem as atuais garantias de trabalho, trabalhadores temporários e/ou terceirizados. O que, se concretizado, poderá pôr setores da administração pública em condições de insegurança e fragilidade.

As entidades e parlamentares componentes da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público concordam com a necessidade de atualização e modernização dos serviços públicos, suas instituições e seus quadros, com foco no desenvolvimento da Nação e no atendimento às necessidades da sociedade brasileira, com um corpo funcional bem preparado, remunerado e organizado, além de instituições bem estruturadas e em condições de melhor atender à população usuária e de exercício das atividades dos servidores. Para isso, propomos um amplo debate com a participação de parlamentares, representantes dos servidores e da sociedade usuária dos serviços públicos, assim como da representação do atual governo sobre o serviço público brasileiro, suas necessidades e perspectivas e como podemos juntos buscar o melhor para todos os envolvidos – população, servidores e administração pública brasileira.

Brasília, 12 de setembro de 2023

